

Clipping
3ª feira, 02.12.2008

Pancadaria marca volta ao trabalho na fábrica da GM.....	1
Conselho vota amanhã cassação de Paulinho.....	2
Férias coletivas serão retomadas	3
Gerdau adota férias coletivas em Sapucaia	3
Mais tempo para obter aposentadoria sem perda.....	3
Desembargadores novos são escolhidos.....	3
Entrevistas provocam exoneração pela SEC	4
Greve acaba, mas o embate Cpers-governo continua.....	4
Uergs prepara datas do vestibular.....	5
Porto Alegre tem a cesta mais cara do país	5
Fator previdenciário ganhará nova tabela.....	5
FGTS: presidente quer ampliar saque	5
Agentes ameaçam com nova greve	6
Movimento teve duração de 35 dias	6
Punição de torturador honra a biografia de Lula, diz ministro.....	6
Com recessão, economia dos EUA agora exporta desemprego	7
JPMORGAN VAI DEMITIR 9.200 DO WASHINGTON MUTUAL.....	8
Volvo demite 430 em fábrica de Curitiba	8
Expectativa de vida aumenta e chega a 72,6 anos, diz IBGE.....	10
Sindicatos de bancários se mobilizam para evitar mais demissões. HSBC teria dispensado 380	11
5ª Vara Cível é a melhor e 2ª Vara Cível é a pior do Foro Central	12
TCU vê irregularidades nas novas sedes do Judiciário	13
Falta de política de habitação aumenta tragédia em SC	13

Pancadaria marca volta ao trabalho na fábrica da GM

Empregados da montadora são pivôs de confronto entre sindicalistas. Se a volta ao trabalho após praticamente um mês de parada na fábrica da General Motors (GM) em Gravataí já tinha o potencial de ser tensa por causa da incerteza quanto à manutenção de empregos, o clima ficou ainda mais pesado com a pancadaria protagonizada por integrantes de duas centrais sindicais no portão da montadora. Para entrar na empresa, muitos operários tiveram de passar por grupos de sindicalistas que distribuíam panfletos e trocavam ofensas – quando não descambaram para socos, pontapés e pauladas em frente à fábrica. A briga se iniciou às 15h15min e se prolongou, com períodos de bate-boca e agressões, até 15h45min.

De um lado, estavam integrantes do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, ligado à Força Sindical. De outro, sindicalistas afiliados à Conlutas, outra central, que tenta aproximar-se dos trabalhadores da GM. A razão do conflito é a disputa pelo apoio dos empregados.

Representantes do Sindicato dos Metalúrgicos se irritaram com a presença de integrantes de outras categorias da Conlutas em frente à GM. A partir daí, houve bate-boca que degenerou em pancadaria.– Eles vieram com gente de Passo Fundo, com professores, com pessoas que não são metalúrgicos – acusou Valcir Ascari, negociador do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí junto à GM.

Integrantes de sindicatos registraram queixa na polícia

Altemir Cozer, da coordenação estadual da Conlutas, reconhece que havia sindicalistas

de outras categorias, mas defendeu o direito de manifestação. Conlutas e Força Sindical divergem, por exemplo, no apoio dado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva às montadoras na crise financeira. A Força Sindical é a favor da abertura da linha de crédito de R\$ 4 bilhões pelo Banco do Brasil às montadoras para estimular as vendas, enquanto a Conlutas se mostra contrária à medida.

Integrantes das duas centrais sindicais prestaram queixa ontem na 1ª Delegacia de Polícia em Gravataí. A GM não se manifestou sobre o caso.

O QUE DIZEM

NOELDI TRINDADE, DIRETOR DO SINDICATOS DOS METALÚRGICOS EM GRAVATAÍ, LIGADO À FORÇA SINDICAL

“Viemos panfletar e, de repente, encontramos um pessoal, que nem sabemos de onde veio, provocando”

ANDRÉ BRANCO, INTEGRANTE DO MESMO SINDICATO, MAS LIGADO À CONLUTAS

“O sindicato adota uma postura agressiva de não deixar outros grupos se manifestarem”

Conselho vota amanhã cassação de Paulinho

Deputado pedetista é suspeito de envolvimento em esquema de desvio de recursos do BNDES e tráfico de influência

A semana deve ser decisiva para o deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho da Força Sindical. Os integrantes do Conselho de Ética votam amanhã, a partir das 13h, o parecer do relator Paulo Piau (PMDB-MG), que recomenda a cassação do pedetista por quebra de decoro parlamentar.

Suspeito de desvio de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e tráfico de influência, Paulinho declarou ontem que não irá acompanhar a votação em decorrência da 5ª Marcha das Centrais Sindicais, que ocorre amanhã em Brasília.

Para o relator do caso, foi montado um esquema fraudulento. “A participação do representado (Paulinho) dava-se por meio de outros. A atuação do grupo possibilitou o repasse de recursos”, afirmou Piau no parecer. E acrescentou: “Voto pela perda do mandato do deputado Paulo Pereira da Silva”.

Prevista para a semana passada, a sessão foi adiada após pedido de vista por parte da deputada Solange Amaral (DEM-RJ).

Pelas manifestações dos parlamentares, a tendência é de que Paulinho seja absolvido pelos colegas. Alguns dos integrantes do conselho já anteciparam como votarão.– Com um peso muito grande nas costas vou acompanhar o voto do relator, a quem quero elogiar pela coragem – disse Moreira Mendes (PPS-RO).

Para Abelardo Camarinha (PSB-SP), não há elementos para cassar Paulinho:– Isso aqui não é inquisição.

Em caso favorável à perda de mandato, o processo será encaminhado à Mesa Diretora e, posteriormente, ao plenário, onde será submetido a votação.

O deputado também responde a dois inquéritos no Supremo Tribunal Federal. O primeiro apura suposto envolvimento de Paulinho em esquema de desvio de recursos do BNDES – alvo de investigação no Conselho de Ética. O outro se refere a suspeitas de irregularidades em cursos profissionalizantes.

Entenda o caso

> O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho da Força Sindical, é suspeito de envolvimento em esquema de desvio de verbas do BNDES. O deputado também responde a acusações de fraudes na ONG Meu Guri, administrada por sua mulher.

> Segundo as investigações realizadas pela Polícia Federal, a ONG recebeu R\$ 37,5 mil do conselheiro do banco estatal João Pedro Moura, que foi preso sob a acusação de ser um dos principais responsáveis pelo esquema.

> A Operação Santa Teresa, conduzida pela PF, desmontou uma quadrilha supostamente formada por empresários, policiais e servidores que desviava recursos do BNDES. Gravações telefônicas associariam ainda o deputado federal ao esquema de irregularidades.

Férias coletivas serão retomadas

Na próxima segunda-feira, os cerca de 5,2 mil funcionários do complexo da GM voltam a entrar em férias coletivas, até 4 de janeiro, em mais uma tentativa da empresa de reduzir a produção e se adaptar ao novo cenário formado a partir da crise financeira mundial.

Funcionário na linha de montagem dos automóveis Prisma e Celta, o soldador Marcelo Jesus mostrava-se mais preocupado com a possibilidade de perder o emprego, e o salário de pouco mais de R\$ 1 mil, do que com as querelas sindicais. Ontem, ele começou o trabalho sem negar a tensão.— O clima fica meio pesado, todos com medo de demissão. E eu ainda comprei uma casa há seis meses, tenho uma prestação de R\$ 400 – conta.

A GM ainda não fala em demissões. De janeiro a novembro deste ano, a empresa vendeu no Brasil 171.766 automóveis Celta e Prisma fabricados em Gravataí – 4,3% mais do que no mesmo período de 2007.

Ao sair de seu primeiro dia de trabalho após as férias, o empregado da linha de montagem Cássio Freitas relatou que a produção foi normal. Em meio a tantas notícias ruins, a empresa anunciou ontem um singelo consolo: amanhã os trabalhadores receberão o kit de Natal, incluindo a ave para assar na ceia.

Gerdau adota férias coletivas em Sapucaia

A partir da próxima segunda-feira, os funcionários da produção e de parte da administração da unidade Gerdau Riograndense, de Sapucaia do Sul, entrarão em férias coletivas.

A decisão foi atribuída à “redução da demanda em razão do novo cenário econômico”, além da habitual diminuição de mercado registrada no quarto trimestre do ano. A retomada das atividades normais está prevista para 4 de janeiro. A Gerdau assegurou ontem que seus clientes seguirão sendo plenamente atendidos.

Mais tempo para obter aposentadoria sem perda

O brasileiro precisará trabalhar 54 dias a mais a partir de agora para conseguir se aposentar sem perdas no valor do seu benefício, segundo estimativa do Ministério da Previdência.

Com o aumento da expectativa de vida no país anunciado ontem pelo IBGE, o cálculo das aposentadorias foi alterado. Entram na fórmula de cálculo a idade do segurado, o tempo de contribuição e a expectativa de vida a partir da aposentadoria. O mecanismo é obrigatório no cálculo dos benefícios por tempo de contribuição.

Desembargadores novos são escolhidos

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça apreciou ontem as promoções de 12 juízes da Capital ao cargo de desembargador. A posse é no dia 15. Os magistrados:

Fernando Flores Cabral Júnior, Almir Porto da Rocha Filho, Vanderlei Teresinha ,

Tremeia Kubiak, Túlio de Oliveira Martins, Walda Maria Melo Pierrô, Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira Rebout, Maria José Schmitt Sant'Anna, Marco Antônio Ângelo, Mário Crespo Brum, Ney Wiedemann Neto, Lúcia de Fátima Cerveira, Marcelo César Müller

Entrevistas provocam exoneração pela SEC

Os chefes da 18ª Coordenadoria de Educação, sediada em Rio Grande, foram exonerados depois de atribuírem à Secretaria Estadual de Educação (SEC) e a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) a culpa pelo corte do ponto de professores que não aderiram à greve da categoria.

Na quarta-feira o coordenador adjunto da 18ª CRE, José Leomar Soares, disse que técnicos da SEC ou da Sefaz trocaram a lista com os nomes dos professores grevistas pela dos que não aderiram ao movimento. O engano representou o corte no salário de quem não aderiu à greve.

No dia seguinte, Soares e a então coordenadora da 18ª CRE, Glacy Canary, foram a Porto Alegre para dar explicações sobre as declarações. No final de semana foram exonerados.

A secretária estadual de Educação, Mariza Abreu, confirmou que as declarações dadas à imprensa foram o motivo central das exonerações:– O problema foi o fato de terem dito que o erro foi da Secretaria de Educação ou da Fazenda, pois o erro foi de todos nós, pois todos somos governo. Em um momento como esse, mais do que nunca, deveríamos ser um time só.

Para a dirigente do 6º Núcleo do Cpers, Rita Caldas, as exonerações expõem restrição à liberdade:– Isso demonstra a falta de democracia e diálogo na secretaria, que não permite a seus coordenadores contrapor idéias ou informações.

alvaro.guimaraes@zerohora.com.br

ÁLVARO GUIMARÃES | Pelotas/Casa Zero Hora

Greve acaba, mas o embate Cpers-governo continua

A rede pública estadual de Ensino voltou ontem à normalidade, com a retomada das aulas, mas as direções das escolas começaram a definir a forma de reposição dos dias parados. A Secretaria Estadual de Educação (SEC) estabeleceu prazo até o final desta semana para apresentação do cronograma de atividades, que não poderá ultrapassar o dia 10 de janeiro. Apesar do término da paralisação, o conflito segue entre o Cpers/Sindicato e o governo. O Magistério pretende ingressar hoje com ação na Justiça para cobrar o pagamento integral dos dias parados e a suspensão do corte do ponto. Um dos estabelecimentos com maior adesão à greve, o Colégio Júlio de Castilhos, na Capital, voltou às aulas. 'Estamos definindo o calendário, mas sabemos que ocuparemos alguns sábados', afirmou o diretor João Figueiró. No Instituto de Educação Flores da Cunha (IE), parte das aulas havia recomeçado na semana passada. Segundo o diretor Paulo Sartori, os mais prejudicados devem ser os alunos do Ensino Fundamental. No Ensino Médio, os estudantes têm aulas regularmente aos sábados e, com isso, registram carga horária maior.

No IE, os professores fizeram levantamento em cada disciplina da carga horária necessária para fechar o ano letivo. Sem a greve, o ano letivo, que precisa completar no mínimo 800 horas/aula, terminaria em 23 de dezembro. No caso das turmas do 3º ano do Ensino Médio, os estudantes prestarão vestibular, mesmo que as aulas terminem após os processos seletivos. Algumas universidades estenderam o prazo para a entrega do histórico escolar – requisito para a matrícula.

Contrariado com o corte do ponto adotado pelo Executivo e com possíveis alterações no plano de carreira, o Cpers pretende acirrar ainda mais o embate, que poderá culminar com nova greve em 2009. Segundo a presidente do Cpers, Rejane de Oliveira, serviria para debater e definir quais estratégias serão adotadas. 'Discutiremos as ferramentas de luta, que incluem a greve', afirmou.

A categoria terá nova assembléia geral em março. Para amenizar o impacto do corte do ponto nos salários dos professores, o governo parcelou os descontos em duas vezes – metade nos contracheques de novembro e o restante em dezembro.

Uergs prepara datas do vestibular

Aprovado em reunião do Conselho Superior da Universidade (Consun), o vestibular de verão da Universidade Estadual do RS (Uergs) será lançado ainda neste mês. Serão oferecidas 640 vagas, distribuídas em nove cursos em 13 pólos. São eles:

Administração: Serviços e Sistemas de Saúde, em Porto Alegre; Tecnologia em Agropecuária: Agroindústria, em Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Encantado, São Luiz Gonzaga, Sananduva e Livramento; Tecnologia em Agropecuária: Fruticultura, em Vacaria; Tecnologia em Agropecuária: Horticultura, em Santa Cruz do Sul; Engenharia em Energia, em Novo Hamburgo; Automação Industrial, em Novo Hamburgo; Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, em Novo Hamburgo e Bento Gonçalves; Tecnologia em Gestão Ambiental, em Tapes e Erechim; e Pedagogia/licenciatura, em Bagé. A previsão é que as inscrições estejam abertas na próxima semana, quando será publicado o edital com as informações complementares. As provas do vestibular serão aplicadas no dia 8 de fevereiro de 2009.

Porto Alegre tem a cesta mais cara do país

Em novembro, o preço da cesta básica subiu em 11 das 17 capitais pesquisadas pelo Dieese. Em Porto Alegre, mesmo com a queda de 0,34%, o preço da cesta (R\$ 239,00) continua sendo o maior do país. Com base nesse valor, o Dieese propõe que o salário mínimo ideal do trabalhador, para atender às necessidades de uma família de quatro pessoas, seja de R\$ 2.007,84, que corresponde a 4,83 vezes o mínimo atual, de R\$ 415,00.

Fator previdenciário ganhará nova tabela

Com a atualização da tábua de vida pelo IBGE, que revelou maior expectativa de vida dos brasileiros, o INSS passou a usar ontem nova tabela do fator previdenciário. Os novos pedidos de aposentadoria por tempo de contribuição que deram entrada a partir de ontem já sofrerão a incidência da nova tabela, que pode diminuir ou elevar o valor final do benefício, dependendo da idade do segurado e da expectativa de vida.

FGTS: presidente quer ampliar saque

O presidente Lula pediu um estudo para aumentar o valor dos saques do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em caso de catástrofes naturais e o direito a dois saques por ano. Atualmente, o decreto 5113/2004 permite o limite de R\$ 2,6 mil e apenas um saque no período de 12 meses.

A decisão foi tomada ontem em Brasília, em resposta ao pedido do governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, e da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), para atender os moradores do estado atingidos pelas enchentes e pelos deslizamentos. 'Poucas vezes

houve uma devastação tão grande no país', avaliou o presidente durante o encontro da coordenação política. 'Santa Catarina é prioridade absoluta do governo', garantiu Lula.

Agentes ameaçam com nova greve

PAULO ROBERTO TAVARES

paulotavares@correiodopovo.com.br

Os agentes penitenciários podem entrar em greve, uma vez que o governo não cumpriu a promessa de enviar até o dia 30 de novembro o projeto do plano de carreira da categoria ao Legislativo. De acordo com o presidente do sindicato da categoria (Amapergs/Sindicato), Luiz Fernando Rocha, já está convocada uma assembléia geral dos servidores penitenciários para amanhã, às 13h30min, na Assembléia Legislativa (AL). Será decidida a atitude a ser tomada pela categoria. 'Não está afastada a possibilidade de fazermos uma nova greve', afirma Rocha.

Hoje, às 14h, integrantes da Amapergs terão um encontro com representantes do Grupo de Assessoramento Especial (GAE), para conversar sobre o plano de carreira. Os ajustes, conforme Rocha, tiveram o acompanhamento de integrantes do sindicato. Porém, no entender do dirigente sindical, o descumprimento do que foi acordado para o fim da greve torna difícil manter a boa vontade em relação ao governo. 'Não dá para entender esse descaso. A questão foi amplamente discutida, inclusive a proposta nos foi apresentada por três secretários de Estado'.

A assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública (SSP) afirmou que estão sendo feitos ajustes necessários no documento, inclusive com a participação de servidores penitenciários. De acordo com a SSP, a reunião de hoje analisará o texto final do projeto. O certo, salientou a secretaria, é que o governo considera prioritário o plano de carreira dos penitenciários. Para o presidente do sindicato, o plano é bem elaborado e contempla grande parte do que a categoria reivindicou. 'Parece que o entrave está no desentendimento quanto à regulamentação da aposentadoria especial', revelou Rocha. 'Esta reunião será o último ato de boa vontade para com o governo', sentenciou.

Movimento teve duração de 35 dias

A greve dos servidores penitenciários deflagrada em junho deste ano durou 35 dias. No dia 7 de agosto, representantes da Amapergs e o secretário da Segurança Pública, Edson Goularte, aprovaram documento que antevia o final do movimento na Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). Goularte afirmou que o governo propunha-se a enviar projeto sobre o plano de carreira dos agentes até o dia 30 de novembro para votação na AL. A greve se encerraria alguns dias mais tarde, com a promessa do envio do projeto. O plano, segundo Rocha, contempla grande parte do que foi reivindicado durante a greve, como aposentadoria especial, a regulamentação do porte de arma, com os agentes podendo andar armados, mesmo já tendo saído do serviço; a carga horária regulamentada; as promoções e a exigência de que o superintendente da instituição seja um servidor do quadro.

Punição de torturador honra a biografia de Lula, diz ministro

Vannuchi afirma que anistia não beneficiou militares

THIAGO FARIA

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA ONLINE

O ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) voltou a defender ontem a punição dos torturadores da ditadura por entender que a Lei de Anistia não os beneficiaria. Para Vannuchi, essa defesa tem de ser feita para honrar a biografia do presidente Lula.

"Estou mexendo, vou continuar mexendo [...]. Ao fazê-lo, estou observando também

pela sua própria biografia. O senhor não pode terminar oito anos [de mandato] sem ter uma solução para esse tema. Pode não ser a ideal, pode não ser a desejada por todos nós, mas que seja pelo menos uma solução", disse Vannuchi, relatando conversa que afirmou ter tido recentemente com o presidente.

O ministro ainda disse que esta não é uma luta que trava apenas ao lado do ministro Tarso Genro (Justiça). Ele diz ter apoio de vários outros ministros, embora tenha preferido não nomeá-los.

"É importante levarmos a questão de forma mais "impessoalizada" possível. Temos que trabalhar a idéia de dever de Estado, dever do governo federal, dever do Judiciário. Não é uma posição do Tarso e minha, como na imprensa fica caracterizado", disse.

Tanto Vannuchi como Tarso já expressaram publicamente a vontade de rever a lei que concedeu anistia aos militares que praticaram atos de tortura durante o regime militar. Eles alegam que os atos cometidos não podem ser enquadrados como crimes políticos, devendo ser julgados como crimes comuns. Para Vannuchi, a tortura caracteriza-se como crime contra a humanidade, portanto, não se enquadraria na Lei de Anistia. Vannuchi participou ontem de ato em favor da abertura dos arquivos, na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Acesso público

Segundo o ministro, o lançamento do programa Memória Viva do governo federal -que dará acesso público aos arquivos do período militar (1964-1985) e estava previsto para acontecer neste mês -ficará para janeiro. O adiamento, disse ele, foi acertado com a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil).

A orientação da ministra é que, embora esteja tudo pronto para que os arquivos possam ser disponibilizados, a proximidade do fim do ano e o período de recesso atrapalharia uma maior divulgação do tema.

"Temos 17 Estados que já aderiram colocar seus arquivos sobre a repressão política em conexão com arquivos da repressão política da Abin [Agência Brasileira de Inteligência]", afirmou Vannuchi.

Com recessão, economia dos EUA agora exporta desemprego

DA BLOOMBERG

Já houve tempo em que os Estados Unidos exportavam empregos. Atualmente, o país está exportando desemprego.

A recessão nos EUA, que está se agravando e que já custou 1,2 milhão de postos de trabalho neste ano, tem grande efeito no exterior. A redução da demanda do consumidor americano por importados e a menor necessidade das empresas do país terceirizarem estão deixando sem emprego trabalhadores da alemã Porsche SE e das empresas chinesas que fabricam brinquedos para a Mattel Inc.

Segundo economistas, o desemprego mundial pode aumentar para o seu nível mais alto em duas décadas, por conta das restrições ao comércio e aos investimentos.

"Da mesma forma que apoiávamos a atividade econômica quando crescíamos rapidamente, a recessão dos EUA vai pesar, arrastar a economia mundial e vai reduzir o emprego nos nossos parceiros comerciais", diz Lewis Alexander, economista-chefe do Citigroup Inc. em Nova York.

"Milhões" de demissões podem se seguir em 2009, "se não agirmos com rapidez e ousadia", disse o presidente eleito Barack Obama, no último dia 24. Ele pretende implementar um plano para criar 2,5 milhões de empregos nos seus dois primeiros anos de mandato.

Não apenas nos EUA

"Essa não é, de forma alguma, uma história restrita aos EUA", diz David Hensley,

diretor de coordenação econômica mundial no JPMorgan Chase & Co. em Nova York, cuja expectativa é de que o desemprego aumente nos países desenvolvidos e nos emergentes.

Em todo o mundo, a taxa de desemprego pode superar os 7% até 2010, depois de se manter entre 5% e 7% por duas décadas, disse Kathleen Stephansen, economista-chefe para mundo do Credit Suisse Holdings USA Inc. em Nova York.

O desemprego na Alemanha, o país que mais exporta no mundo, pode crescer, depois de cair por 32 meses consecutivos, na mais longa queda desde a reunificação, em 1990.

Também estão sendo atingidos pela crise americana países como a China, que, com seus custos mais baixos, atraíram empresas dos EUA para fabricarem seus produtos. O desemprego urbano da China pode crescer a 4,5 % até o fim deste ano, contra os atuais 4%.

JPMORGAN VAI DEMITIR 9.200 DO WASHINGTON MUTUAL

O banco americano JPMorgan Chase anunciou ontem que irá cortar 9.200 funcionários do Washington Mutual, a fim de sanear sua estrutura. O corte equivale a 21% do quadro de funcionários da antiga instituição, recentemente comprada pelo JPMorgan, numa transação costurada pelo governo americano. Os primeiros 4.000 demitidos serão anunciados em janeiro, a maioria em Seattle. Ontem, as ações do JPMorgan tiveram baixa de 17,5% em Nova York.

Volvo demite 430 em fábrica de Curitiba

FÁBIO AMATO

DA AGÊNCIA FOLHA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Em meio ao desaquecimento das vendas de veículos no Brasil e à ampliação das férias coletivas concedidas pelas montadoras, a Volvo anunciou ontem a demissão de 430 funcionários da sua fábrica de caminhões de Curitiba (PR). É o primeiro corte de empregos no setor automotivo do país desde o início da crise financeira internacional. Na sexta-feira, a Volvo já havia anunciado a demissão de 102 dos 700 trabalhadores de sua unidade em Pederneiras (320 km a noroeste de São Paulo), onde são produzidos equipamentos de construção, como carregadeiras. O objetivo, segundo a empresa, é reduzir a produção em 30%, devido, principalmente, à queda nas exportações.

Por meio de sua assessoria, a Volvo informou que, dos 430 demitidos em Curitiba, 250 são funcionários com contratos temporários de trabalho, que não serão renovados. Os outros 180 eram efetivos. A planta vai passar a ter 2.410 empregados, número ligeiramente maior do que o verificado em dezembro de 2007 (2.393)

Com os cortes, a produção diária vai cair de 77 para 54 caminhões. Ali também são fabricados chassi de ônibus e blocos de motores.

A Volvo apontou como razões para o corte de empregos o desaquecimento das vendas internas, a redução das exportações e a previsão de que o mercado brasileiro de caminhões terá uma retração de 20% em 2009.

"Não resta dúvida de que a crise internacional é grave. As demissões, que seriam o último recurso das empresas, já estão acontecendo no setor e a nossa preocupação é muito grande. A avaliação é que, se o mercado não voltar a se aquecer até março, a situação deve se complicar", disse ontem o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, Nelson Silva de Souza.

Férias coletivas

Entre as montadoras de carros, as férias coletivas anunciadas para novembro e dezembro já atingem pelo menos 47 mil trabalhadores.

O número corresponde a 41,6% do total de funcionários do setor (113 mil).

Na sexta-feira, foi a vez da GM anunciar férias em São José dos Campos. Segundo o sindicato dos metalúrgicos, 1200 trabalhadores devem ser atingidos.

Aposentadoria sem perdas exige mais tempo de serviço

Serão necessários mais 54 dias de trabalho; aumento é porque expectativa de vida é maior

De acordo com os dados do IBGE, a expectativa de vida dos brasileiros aumentou de 72,3 anos em 2006 para 72,6 anos no ano passado

JULIANNA SOFIA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O brasileiro precisará trabalhar 54 dias a mais a partir de agora para conseguir se aposentar sem perdas no valor do seu benefício, segundo estimativa do Ministério da Previdência. Com o aumento da expectativa de vida no país anunciado ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o cálculo das aposentadorias foi alterado, exigindo do trabalhador mais tempo em atividade para se aposentar.

Até 30 de novembro, um trabalhador com 63 anos de idade e 35 anos de contribuição conseguiria se aposentar usando para o cálculo do seu benefício um fator previdenciário próximo de 1. A partir de 1º de dezembro, com a nova tábua de mortalidade do IBGE, esse mesmo trabalhador precisará trabalhar 54 dias a mais para obter o mesmo fator.

O fator previdenciário, que entrou em vigor em 1999, é um mecanismo usado no cálculo das aposentadorias, que reduz o valor dos benefícios de quem se aposenta mais cedo. Para quem fica mais tempo no mercado de trabalho, o fator pode elevar o valor do benefício.

Um fator igual ou superior a 1 significa que o trabalhador não terá perdas na hora em que a Previdência calcular seu benefício. Entram na fórmula de cálculo a idade do segurado, o tempo de contribuição e a expectativa de vida a partir da aposentadoria. O mecanismo é obrigatório no cálculo dos benefícios por tempo de contribuição.

No Congresso, o fator previdenciário corre risco de ser extinto. Um projeto de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) acaba com o mecanismo. O governo vem afirmando que o fim do cálculo só poderá ocorrer se, em substituição, for criada uma idade mínima para as aposentadorias -o que não há pelas regras atuais.

Sem o fator, o governo alerta de que o rombo da Previdência -estimado em R\$ 38 bilhões para este ano- seria ainda maior. Entre 2000 e 2008, calcula-se que a economia com o fator chegue a R\$ 14,5 bilhões.

"Infelizmente, o fator vem funcionando muito mais para modificar o valor do benefício do que para postergá-lo. As pessoas preferem um benefício menor a permanecer mais tempo trabalhando", afirmou o secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzer. O secretário diz que, em 1999, a idade média das aposentadorias era concedida aos 51 anos. Hoje, mesmo com o fator previdenciário, é aos 53 anos.

Depois de amanhã, as centrais sindicais participarão de reunião no Ministério da Previdência para reivindicar o fim do fator. Os sindicalistas, no entanto, são contra a instituição de uma idade mínima.

A Previdência considera que a nova tábua de mortalidade trouxe aumento na expectativa de vida dos brasileiros dentro do esperado. De acordo com os dados do IBGE, a sobrevida passou de 72,3 anos em 2006 para 72,6 anos em 2007.

Segundo Schwarzer, o efeito do fator varia individualmente. No caso de trabalhadores mais velhos, o ajuste ocorrido tem menor efeito porque o peso da idade acaba sendo maior.

A Previdência Social explicou que o novo fator vale para todas as aposentadorias solicitadas desde ontem.

Expectativa de vida aumenta e chega a 72,6 anos, diz IBGE

Esse aumento na taxa pode diminuir benefício de quem está para se aposentar; em 2006, taxa era de 72,3 anos

Como em anos anteriores, mulheres vivem mais que os homens; mortalidade masculina na faixa de 20 a 24 anos influi nesse item

DA SUCURSAL DO RIO

A expectativa de vida do brasileiro alcançou no ano passado o nível de 72,6 anos, um aumento de 5,6 anos em comparação com 1991. Esse aumento é explicado em parte pela melhoria da taxa de mortalidade infantil, que caiu no mesmo período de 45,2 bebês mortos por mil nascidos vivos para 24,3.

Em 2006, essa expectativa era de 72,3 anos, o que significa que em um ano o brasileiro ganhou, em média, uma sobrevida de quatro meses.

A mudança, anunciada ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), interfere desde 1999 no cálculo das aposentadorias pagas pelo INSS. O Ministério da Previdência utiliza essa informação para calcular o fator previdenciário, mecanismo que diminui o valor do benefício de quem for se aposentar nos 12 meses seguintes à divulgação do aumento da expectativa de vida.

A maior expectativa foi verificada no Distrito Federal, onde a esperança de vida ao nascer chega a 75,3 anos, patamar igual ao verificado na Argentina hoje. No outro extremo, Alagoas, com 66,8 anos, está no mesmo nível da Mongólia, segundo a ONU. É também em Alagoas que se verifica a maior mortalidade infantil do país: 50 bebês mortos antes de completar um ano de idade por mil nascidos vivos, nível próximo do verificado pela ONU em Bangladesh (52,5 anos). No outro extremo, o Rio Grande do Sul tem a menor taxa (13,5 por mil), mesmo patamar da Argentina (13,4).

O IBGE divulgou também que as mulheres continuam vivendo, em média, por mais tempo do que os homens. No ano passado, essa diferença foi de 7,6 anos (68,8 anos para homens, 76,4 para mulheres). A distância permanece praticamente estável desde 1991, quando era de 7,7 anos.

Um dos fatores a explicar a expectativa menor de homens é a sobremortalidade masculina na faixa etária de 20 a 24 anos, causada principalmente pelas mortes violentas (sobretudo assassinatos e acidentes de trânsito) de jovens do sexo masculino. Segundo o IBGE, em 2007, nessa faixa etária a chance de um homem morrer era 4,2 vezes maior do que a de uma mulher. Em 1991, essa relação era 3,3 vezes superior. Ainda segundo o instituto, aproximadamente nove pessoas morrem por hora no Brasil por causa de homicídios ou acidentes de trânsito. Em 2005, último ano para o qual há dados do Ministério da Saúde, 76.730 brasileiros foram assassinados ou morreram em acidentes de trânsito. Desse total, cerca de 40% dos mortos tinham entre 20 e 29 anos. Juarez de Castro Oliveira, gerente de estudos e análises de dinâmica demográfica, lembra que essas mortes têm forte impacto na redução da expectativa de vida masculina. "Estamos perdendo 2,9 anos de vida média [na taxa de expectativa de vida geral] por causa dessa morte precoce de jovens", diz Oliveira.

Violência afeta Sudeste

Justamente por terem maior mortalidade por causas violentas, os Estados do Sudeste apresentam sobremortalidade masculina mais acentuada.

A maior relação, no entanto, é verificada no Amapá, onde a chance de um jovem do sexo masculino morrer é 6,15 vezes superior à de uma mulher. O segundo Estado com maior relação é São Paulo, com sobremortalidade de 5,94 vezes.

No caso de São Paulo, no entanto, Oliveira afirma que essa taxa é calculada levando em conta os dados dos Censos Demográficos. Como o último censo foi divulgado em 2000,

os dados do IBGE ainda não captam a redução no número de assassinatos verificados no Estado desde então.

Segundo o gerente do IBGE, somente após o Censo de 2010 esse cálculo será feito nessa pesquisa com mais precisão, e a posição de São Paulo, provavelmente, será melhor na comparação, caso o Estado mantenha a tendência de diminuição das mortes violentas.

Sindicatos de bancários se mobilizam para evitar mais demissões. HSBC teria dispensado 380

SÃO PAULO - As recentes demissões no setor bancário fizeram com que sindicatos e organizações se mobilizassem para evitar mais desligamentos.

Os representantes dos trabalhadores temem mais dispensas nas áreas de crédito de todos os bancos e nos setores administrativos das instituições que estão passando por fusões ou aquisições.

A Fetec - Federação dos Bancários da CUT, tem uma agenda de reuniões com o Itaú-Unibanco. Na pauta, o processo de fusão das duas empresas, e as possíveis demissões decorrentes dele. A primeira reunião já aconteceu, e nenhum compromisso foi firmado. Na próxima, marcada para o dia 9 de dezembro, os sindicalistas esperam que o banco assine um documento se comprometendo a não demitir.

- Apesar de terem dito para a imprensa que não haverá demissões, eles (Itaú e Unibanco) se recusaram a assinar um compromisso. No dia 9, insistiremos nesta negociação - contou Pedro Sardi, secretário-geral da Fetec-SP. De acordo com o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, os sindicalistas conseguiram uma garantia de que o banco não irá contratar no fim deste ano e no começo do ano seguinte, como é praxe nas instituições financeiras. Ao invés disso, haverá recolocações internas, o que vai evitar dispensas.

Procurado, o banco Itaú-Unibanco disse que não iria se pronunciar.

Já o HSBC, banco que não participou de nenhum processo de fusão recente, teria demitido 380 profissionais só no mês de novembro. As dispensas teriam se concentrado nas cidades do Rio de Janeiro e Curitiba. A informação vem do movimento sindical, e o banco não confirma nem nega os números.

Questionado sobre quais os setores afetados, quantas pessoas teriam sido desligadas e se haverá mais demissões, o banco limitou-se a dizer, por meio de nota, que "as demissões que ocorreram não estão relacionadas à crise e estão dentro dos níveis do "turn over" do mercado financeiro".

Já para Miguel Pereira, secretário de finanças da Contraf-CUT e funcionário do banco, as demissões são resultantes de mais um momento de reestruturação que a instituição vem passando, que vai desde um novo modelo operacional, revisão de sua base tecnológica, até a sua relação com os clientes. Um dos exemplos disso, diz o sindicalista, é o direcionamento do atendimento da carteira 'super class' para o call center.

- Apesar da falta gritante de funcionários, o banco continua demitindo. O que já provocava grande insatisfação junto aos clientes e deteriora ainda mais as condições de trabalho - explicou Pereira.

Nossa Caixa x Banco do Brasil

Em São Paulo, acabou na última sexta-feira o prazo para apresentação, na Assembléia Legislativa, de emendas à lei que ratifica a venda da Nossa

Caixa ao Banco do Brasil. Conforme balanço dos dirigentes sindicais, das 43

emendas apresentadas pelos deputados estaduais, 26 tratam de assuntos pertinentes aos trabalhadores.

Segundo o deputado Marcos Martins (PT), entre as propostas estão a garantia de manutenção de todos os empregos durante o período de transição administrativa (entre um ano e um ano e meio) e a criação de um plano de carreira para os funcionários da Nossa Caixa.

5ª Vara Cível é a melhor e 2ª Vara Cível é a pior do Foro Central

Colhendo o expressivo retorno de 923 formulários preenchidos, a tabulação da enquete realizada pelo Espaço Vital - disponibilizada ao longo de dez dias úteis - sinalizou o caminho da "volta por cima" da 5ª Vara Cível de Porto Alegre.

Durante muitos anos reiteradamente apontada como a pior (chegou a centralizar críticas numa página do Orkut intitulada "Eu Odeio a 5ª Vara Cível de Porto Alegre") a repartição judicial, que passou por notórias alterações a partir de abril deste ano, recebeu a maior preferência de advogados, estagiários e partes que se valeram de formulário eletrônico criado pelo Espaço Vital.

Mas a 5ª Vara está longe de ser uma unanimidade. Está também apontada como a terceira pior vara cível; é uma espécie de "amada pela maioria, mas odiada por muitos" - para usar a frase de um advogado que, pedindo para não ser identificado, assinala "o bom atendimento cartorário" e - incursionando fora do tema da enquete - analisa, ainda, "casos de profunda demora na prestação jurisdicional completa".

Minucioso, o profissional sugere que "um regime de exceção poderia tentar zerar processos morosos".

O resultado que deu a condição de "melhor" à 5ª Cível desbancou a campeã de sempre - a 7ª Vara Cível - que ficou em segundo lugar. Os dados completos e a tabulação dos percentuais serão veiculados em nossa edição de amanhã. Não haverá divulgação dos resultados em relação às varas criminais porque os resultados - em relação a elas - foram, estatisticamente, desprezíveis.

"Os participantes mostraram expressivo interesse em avaliar apenas as varas que tratam das questões cíveis" - observa a conclusão da Desize Digital, agência gaúcha que atua nas áreas de construção de sites, sistemas e aplicativos Web e que faz o gerenciamento da programação do Espaço Vital.

A empresa aplicou uma ferramenta que não permitiu que, a partir de um mesmo I.P. (Internet Protocol) fosse enviado mais de um formulário.

Veja outras conclusões da enquete, no item atendimento cartorário:

Foro Central de Porto Alegre:

- * Pior Vara Cível - 2ª;
- * Melhor Vara da Fazenda - 5ª;
- * Pior Vara da Fazenda Pública - 2ª;
- * Melhor Vara de Família - 1ª;
- * Pior Vara de Família - 5ª.

Foros Regionais:

- * Melhor Vara Cível - Foro Regional do Alto Petrópolis;
- * Pior Vara Cível - Foro Regional da Tristeza;
- * Melhor Vara de Família - Foro Regional do Alto Petrópolis;
- * Pior Vara de Família - Foro Regional da Tristeza.

Juizados Especiais:

- * Melhor - 4º;
- * Pior - 5º.

Leia amanhã:

TCU vê irregularidades nas novas sedes do Judiciário

Auditorias do TCU (Tribunal de Contas da União) apontam irregularidades na construção das novas sedes em Brasília do TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Juntas, as obras custarão cerca de R\$ 800 milhões.

Na construção do TRF, "irregularidades graves" representam, segundo a auditoria, prejuízos ao erário de R\$ 58 milhões, ou 12,3% dos R\$ 477,8 milhões a serem gastos. Só com o ar-condicionado poderiam ser economizados R\$ 25,8 milhões, dizem os auditores.

Em relação ao TSE, os questionamentos levaram a uma redução de R\$ 4 milhões no valor da obra. Agora o prédio custará R\$ 324 milhões, mas o próprio TSE diz que, após estudos, poderá economizar mais R\$ 22 milhões. Os dois tribunais negam irregularidades, enquanto as empreiteiras contratadas não se manifestaram (leia texto na página ao lado).

Na edição de 22 de outubro de 2007, a Folha revelou que o Judiciário planejava gastar R\$ 1,2 bilhão em três grandes obras: as novas sedes do TRF da 1ª Região e do TSE, em Brasília, e a do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Na ocasião, a Procuradoria investigava as suspeitas de desperdício de dinheiro e superfaturamento. Em outubro último, o TJ-MG decidiu suspender a construção, cuja estimativa de gastos já chegava a R\$ 549 milhões.

Falta de política de habitação aumenta tragédia em SC

A falta de política de habitação, muito comum nas cidades brasileiras, agravou os efeitos das enxurradas que atingem Santa Catarina há três meses. Em entrevista, o arquiteto e professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Regional de Blumenau (Furb), Luiz Alberto de Souza, avalia como a urbanização e as moradias precárias no Vale do Itajaí, região mais atingida pelos temporais e pelas enchentes, contribuíram para as mais de cem mortes, boa parte em decorrência de deslizamentos. Dados extra-oficiais apontam que somente na cidade de Blumenau, o déficit de moradia atinge seis mil famílias.

A reportagem e a entrevista é de Raquel Casiraghi e publicada pela Agência de Notícias Chasque, 02-12-2008.

Souza também alerta para a necessidade do país melhorar os sistemas de previsão meteorológicos a fim de prevenir a população e evitar mortes.

Eis a entrevista.

As enxurradas e os deslizamentos que ocorreram em SC são fenômenos naturais?

O que aconteceu desta vez é que esse fenômeno se deu em uma intensidade muito maior do que costumeiramente acontece. As condições climáticas que estavam sobre a região de Blumenau (SC) eram ruins, nós estávamos há 15 semanas consecutivas com chuvas. Isso intensificou, no final de semana passada, onde choveu um volume muito grande em dois dias e isso foi o que agravou os deslizamentos. E conseqüentemente também das cheias que aconteceram em Itajaí (SC) porque os rios estavam com um volume muito grande devido às chuvas dos últimos três meses. É um fenômeno natural sim, é constante, porque é uma região que chove muito. Mas a intensidade, desta vez, foi atípica. E isso os meteorologistas estão colocando, pelas medições que eles fizeram. Que fatores contribuíram para a tragédia no estado, principalmente no Vale do Itajaí? Foram vários fatores. Teve essa questão da "natureza", que podemos dizer entre aspas, que foi a questão das chuvas acima no normal. Mas também em muitos casos houve a

ação do homem sobre a natureza contou. Nossa região aqui é um vale onde temos conseqüentemente temos muitos cursos d'água, muitos ribeirões, e morros. A região de Blumenau é cortada por muitos morros e muitos rios. A própria topografia da cidade naturalmente já concentra as edificações ou nas áreas mais planas de várzea, de fundos de vale, que eram áreas "mais apropriadas" para edificar, entre aspas, porque são áreas planas, mas também sujeitas às inundações. Após as enchentes de 1983/1984, a cidade mudou um pouco o perfil de ocupar as várzeas para ocupar os morros. E isso se agravou agora porque houve desmatamento. Muitos loteamentos começaram a surgir nas áreas mais elevadas da cidade e, com essa chuva de intensidade acima do normal, aliada a esse desmatamento que foi acontecendo, propiciou essa série de deslizamentos que a gente viu na cidade.

Todas as pessoas foram afetadas?

Nossos morros são muito parecidos com o que acontece no Rio de Janeiro, onde temos uma certa "democratização" dos nossos morros. Em uma parte mora uma classe mais privilegiada, que tem acesso aos loteamentos nas áreas regulares, onde são permitidas as implantações de loteamentos pela legislação. E nas áreas em que são restritas para ocupação pela lei acabam sendo tomadas pela população de baixa renda. O que aconteceu é que as enxurradas e os deslizamentos atingiram tanto as classes menos favorecidas, as pessoas pobres, mas atingiu também em determinados setores e regiões da cidade casas, edificações da classe média. Mas eu ainda diria que, em um balanço mais geral, a população mais pobre foi a mais penalizada, porque foi na periferia onde teve bastante danos materiais.

As medidas tomadas até o momento pela Defesa Civil e pelos governos foram as mais adequadas?

A atuação da Defesa Civil e dos órgãos públicos realmente foi, dentro da possibilidade e dos recursos, foi de superação individual. Ainda há a questão da solidariedade. Claro que há limitações de material e de recursos. Acho que o que deve ser realmente pensado é ter a possibilidade de isso ser uma prática mais comum. De termos condições de alerta como acontece nos Estados Unidos com os tornados, que possam fazer com que esse trabalho posterior de limpeza e de reconstrução seja menor. As pessoas ficam nos abrigos, mas eles não estão preparados. São abrigos improvisados. A maioria das pessoas está nas escolas onde tem pouco chuveiro, as cozinhas não estão equipadas. Nós realmente não temos um plano de Defesa Civil que dê conta.

Como o senhor avalia a atuação dos governos no processo de urbanização no Vale do Itajaí?

Aqui na nossa região não difere de nenhuma outra parte do Brasil e de outras cidades. Nós temos um modelo de exclusão sócio-territorial, onde a população menos favorecida, do ponto-de-vista habitacional, tem que suprir sua demanda através de alternativas. E essas alternativas geralmente acabam sendo essas áreas que não são muito apropriadas para a ocupação. A questão da política habitacional no Brasil, que vem desde 1986 quando ocorreu um vácuo muito grande com a extinção do BNH [Banco Nacional de Habitação] naquele ano, só a partir de 2003 a nível nacional, por exemplo, que se criou o Ministério das Cidades e que se voltou a pensar em políticas de âmbito nacional para resolver ou melhorar a questão habitacional. Os governos dos estados, a maioria abandonou essas políticas, com a extinção das COHABs estaduais que durante um tempo também supriam essa necessidade e acabaram recuando nesses últimos anos por falta de interesse, de recursos e de prioridade. E os municípios, a maioria não tem capacidade por si só de resolver essa questão habitacional. Ela depende de financiamento tanto do governo do Estado quanto da União.

O que aconteceu aqui em Blumenau não é diferente do que pode acontecer em outras cidades brasileiras. A população pobre continua morando mal, em áreas impróprias e sujeitas a risco. Só que claro que aqui teve esse fenômeno meteorológico que agravou, a quantidade de chuva foi muito acima do normal e por três meses consecutivos. Há iniciativas. A prefeitura de Blumenau estava mapeando as áreas de risco da cidade, muitas áreas já estavam condenadas. Agora, faltava uma efetividade maior dos governos e dos três entes federados para resolver. Esperamos que agora, com essas tragédias que ocorreram, que as políticas sejam realmente mais efetivas e que seja resolvida a questão habitacional.

Que medidas deveriam ser tomadas para resolver o déficit habitacional e as moradias precárias e em áreas de risco no país?

Não há uma fórmula mágica. O que os governos têm que fazer e a sociedade também é unir esforços. Acho que primeiro a gente tem que eleger isso como prioridade, que até então não era. A habitação no Brasil, a moradia digna que é um direito constitucional, está na Constituição, ainda não está efetivo no país. Então acho que o primeiro passo é esse, é elencar, é colocar como prioridade. Precisamos resolver essa questão da moradia digna, com áreas próprias, com infra-estrutura, condições pra nossa população. Ainda estamos com esse débito a nível de Brasil para ser resolvido. Soluções técnicas, projetos têm. Vontade dessas famílias também tem. Ninguém mora nessas áreas de risco, nas favelas, porque quer. Mora porque é obrigada, normalmente não tem onde morar e acaba suprindo essa necessidade de moradia onde dá. E muitas vezes custa a vida da sua família em função disso. Parceria também com universidades e ongs, busca de financiamento externos, mapeamento das áreas de risco. Dotar as prefeituras, equipar melhor a Defesa Civil, criar sistemas de monitoramento. Essa enxurrada pegou muita gente de surpresa, então os danos materiais poderia ter sido evitado se tivesse tido um sistema de monitoramento mais efetivo, em sistema de prevenção de cheias e de áreas de risco. É uma série de iniciativas. Hoje todos os holofotes estão voltados para SC e Blumenau, mas o RS tem problemas, o Paraná, na Bahia.